

ANÁLISE DE INDICADORES DE ACESSIBILIDADE PARA ACESSO A PRÉDIOS / RESIDÊNCIAS

Antonio Fernando Navarro, M.Sc.¹

Eunice Mancebo, M.Sc.²

Miriam Picinini Mexas, M.Sc.³

Orlando Longo, D.Sc.⁴

Ana L. T. Seroa da Motta, D.Sc.⁵

Resumo

As questões relativas a acessibilidade nunca foram objeto de consenso, principalmente em projetos de edificações, como as voltadas ao ramo de hotelaria, isso porque o que poderia ser normal, o ir e vir de executivos durante um período e famílias em outros períodos, não levava em consideração as eventuais restrições que uma pessoa poderia ter. E quais seriam essas? A resposta em primeiro lugar era a da cegueira. Ocorre que existem inúmeras outras, temporárias ou permanentes, parciais ou totais que devem ser consideradas. Um recém operado de catarata (opacificação do cristalino do olho por traumatismo, como o causado por radiação ou eletricidade, ou por idade), possui uma restrição momentânea até que possa tirar sua venda e poder enxergar. Uma pessoa que faça uso de uma muleta em função de uma cirurgia e também uma restrição temporária. Hoje é mais comum perceber-se que quando se faz a mesma pergunta anterior vêm à mente das pessoas o “cadeirante”, tido como a pessoa que faz uso de uma cadeira de rodas para sua locomoção. A norma da ABNT, NBR 9050, em sua última versão (30/12/2005), trata da Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, buscando traçar um guia para o tratamento dessas questões. Com base nessa norma, e nas avaliações de indicadores de edificações definidos CASBEE (Comprehensive Assessment System for Building Environmental Efficiency) Technical Manual 2007 Edition, for Home (detached House), e em vista da existência de lacunas que pudessem ser melhor exploradas na avaliação da eficiência de edificações, procurou-se estabelecer alguns indicadores de indicadores de acessibilidade para a avaliação das construções à adequação de seus projetos a essas

¹ Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho, Mestre em Saúde e Meio Ambiente, Especialista em Gerenciamento de Riscos, Doutorando do programa de pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal Fluminense (UFF)

² Docente e Chefe do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), doutoranda do programa de pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal Fluminense (UFF). eunice.mancebo@hotmail.com

³ Doutoranda do programa de pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal Fluminense (UFF)

⁴ Docente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal Fluminense (UFF). mirian_mexas@oi.com.br

⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal Fluminense (UFF)

necessidades específicas. O artigo aborda, com maior ênfase, esses aspectos voltados a hotéis, por serem construções que recebem pessoas com vários tipos de restrições, motoras, intelectuais ou físicas. Aos indicadores apresentados podem ser agregados outros relativos à análise de demais fatores construtivos e os relacionados às questões de sustentabilidade.

Palavras-Chaves: Acessibilidade, edificações, critérios de avaliação da eficiência das edificações

Abstract

The issues of accessibility were never the object of consensus, particularly in building projects, such as those related to hotel business, because it could be normal, the comings and goings of executives over time and families at other times, it took into account any restrictions that a person could have. And what are these? The first response was that of blindness. It turns out that there are numerous other temporary or permanent, partial or total to be considered. A newly operated for cataract (clouding of the lens of the eye due to trauma such as caused by radiation or electricity, or by age) has a temporary restriction until you can get your sale and be able to see. A person who makes use of a crutch because of a surgery and also a temporary restriction. Today it is common sense that when one asks the same question earlier come to mind of people the "wheelchair", believed to be the person who uses a wheelchair for his mobility. The standard ABNT, NBR 9050, in its latest version (30/12/2005), deals with the accessibility to buildings, furniture, spaces and urban equipment, in order to describe a guide for the treatment of these issues. Based on this standard, and the assessments of indicators of buildings set CASBEE (Comprehensive Assessment System for Building Environmental Efficiency) Technical Manual 2007 Edition, for Home (detached house), and in view of the existence of loopholes that could be better exploited in the evaluation of efficiency of buildings, we tried to establish some indicators of accessibility indicators for assessing the adequacy of construction of their projects to these needs. The article deals with more emphasis on these aspects related to hotels, because they are buildings that receive people with various types of restrictions, motor, intellectual or physical. Indicators presented can be added other for the testing of construction and other factors related to the issues of sustainability.

Keywords: Accessibility, buildings, criteria for evaluating the efficiency of buildings

Introdução

A questão de acessibilidade sempre foi vista mais com o sentido da obrigação ou o favor do que com o sentido da cidadania. Muitas das ações se iniciaram com o poder público através de ações pontuais, como por exemplo, construção de rampas em esquinas de ruas, para a descida dos cadeirantes. Uma grande parte dessas rampas não comportava a largura de uma cadeira, considerando a distância entre rodas. Em outros casos, a inclinação dificultava aqueles que não tinham a necessária força física para se deslocar, fazendo com que os mesmos viessem a solicitar a ajuda de terceiros, situação essa que os constrangia em demasia. Em entrevistas com cadeirantes esses informaram que além das inclinações das rampas serem um obstáculo, principalmente para as cadeirantes mulheres, havia ainda dois outros problemas mais sérios: o primeiro, dos motoristas não respeitarem a sinalização e estacionarem seus carros nas frentes das rampas e, em segundo lugar, da existência de grelhas de bueiros de águas pluviais ficarem exatamente na descida da rampa. Além disso, há casos em que o fato da rua ter um nível mais elevado, havia uma calha a ser transposta. Hoje ainda se percebe que a questão de acessibilidade está fortemente associada aos deficientes físicos, hemiplégicos ou paraplégicos que necessitem se deslocar através de cadeiras de rodas. Contudo, há outros seres humanos que têm problemas de acessibilidade, seja em função de cegueira ou deficiência visual crônica, em função da falta de vigor físico que o incapacite a um deslocamento através de escadas, e outros tipos de deficiência. É lógico que, para cada tipo de deficiência as soluções são distintas.

A visão mais simples, das rampas, ainda continua sendo a tônica maior dos discursos, esquecendo-se os legisladores de uma série de outros aspectos tão ou mais importantes, como o da largura das portas, sejam de elevadores, das casas, dos banheiros, a largura de corredores, os meios necessários para a desocupação das edificações em casos de incêndio, entre outros.

Neste artigo far-se-á um recorte da situação abrangendo apenas uma categoria de deficientes físicos, que necessitam do emprego de cadeiras de rodas para sua locomoção.

Contexto onde se localiza o Problema

De acordo com Lima et al (2007), os vários tipos de deficientes (motores, mentais, visuais, auditivos etc.) estão classificados em dois grandes grupos:

- Aqueles que têm ciência de sua condição e de suas possibilidades (pouco dependentes);
- Aqueles que não têm consciência sequer da própria debilidade (muito dependentes).

Poder-se-ia acrescentar um terceiro grupo, não oficialmente, daqueles indivíduos que passam a ser deficientes momentaneamente, como por exemplo, as pessoas que sofreram acidentes diversos, inclusive de automóveis e precisam consolidar ossos, necessitando de um longo tempo sem se esforçar, sendo transportadas em cadeiras de rodas.

As pessoas situadas no grupo de “pouco dependentes” poderiam ter suas vidas bem mais fáceis se houvesse uma maior preocupação com os equipamentos a eles dispostos, consubstanciados por uma adequada acessibilidade aos mesmos.

Atualmente, o trabalho e a autonomia são cada vez mais importantes na vida dos seres humanos, onde o estresse e as várias obrigações do dia a dia estão gerando pessoas cada vez mais ocupadas e necessárias de independência.

Esse projeto teve como foco essa questão, com o qual se buscou realizar uma análise da acessibilidade no ambiente externo e interno a prédios / residências, que serão descritos a seguir.

Objetivo

Analisar a acessibilidade no ambiente externo e interno a prédios / residências, tendo como base a norma ABNT NBR 9050, rev. de 30/12/2005 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Descrever os quesitos de acessibilidade a serem considerados em uma avaliação de um prédio / residência de modo a contribuir para a sustentabilidade, com foco na restrição de acesso a esses locais.

Em seguida pontuar esses quesitos, explicando a importância de cada pontuação e usando informações contidas no artigo de Vasconcellos e Motta (2008), que determina indicadores de sustentabilidade com relação à acessibilidade fazendo um paralelo com o CASBEE.

Revisão da Literatura sobre o Indicador de Acessibilidade

Definições Básicas

De acordo com a Norma a norma brasileira ABNT NBR 9050, seguem as seguintes definições básicas:

Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

Acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

Pesquisa de Indicadores de Sustentabilidade em Edificações

Parafraseando Vasconcellos e Motta (2008), o Decreto-lei 5296 de 2004 que regulamenta a Lei 10098 de 19/12/2000, e que dá “força de Lei” a norma brasileira NBR 9050, que trata das questões relativas à acessibilidade no espaço urbano e espaço arquitetônico, conceitua e estabelece parâmetros com vistas a atender simultaneamente a todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais de forma autônoma, segura e confortável. Coloca o foco em especial, nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade, entendida como: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Vasconcellos e Motta (2008) redigiram um artigo cujo objetivo era a elaboração de uma análise entre o CASBEE - Comprehensive Assessment System for Building Environmental Efficiency – e os parâmetros brasileiros que regem a questão da acessibilidade nas edificações brasileiras.

Foi observada nesta pesquisa que a avaliação da acessibilidade no edifício encontra-se parametrizada no método CASBEE no item relacionado à avaliação “qualidade do serviço” (Q-2 Quality of Service), no que se refere à funcionalidade e usabilidade (1.1 Functionality & Usability). Apresenta-se detalhado no subitem 1.1.3, referente à ausência de barreiras e concepções do Universal design ▪ (1.1.3 Barrier-free Planning / universal design).

Segundo esses mesmos autores, o método contempla ainda a forma como a edificação é percebida pelo seu usuário. Aspectos subjetivos como a promoção da sensação satisfação e de bem estar, relacionadas à promoção de conforto, são contemplados nesta análise. Estes aspectos, entretanto, por serem subjetivos, ainda apresentam dificuldades quanto à aferição (item: “qualidade dos serviços”). Verificou-se que o método CASBEE

contempla a análise de fatores ergonômicos nas edificações, de forma ampla e abrangente, propondo-se à avaliação de aspectos relevantes à saúde humana inclusive os concernentes à influência de fatores subjetivos tais como: nível de stress, e a influência de aspectos psicológicos. Para locais de trabalho, o método orienta a observar a existência de áreas para relaxamento, por exemplo.

Análise de Indicadores de Acessibilidade

Critérios de Pontuação para os Quesitos de Acessibilidade

Foram analisadas as normas existentes e avaliadas ou as condições de acesso dos cadeirantes a uma série de edificações, moradias térreas, moradias de dois pavimentos (sobrados) e apartamentos, com vistas à facilidade de deslocamento das pessoas nos vários ambientes. Considerou-se também que somente essa avaliação não contemplava todas as questões. Porém, restringiu-se, nesse primeiro momento, a avaliação aos itens comuns às construções.

Para os casos em que a restrição de acesso seja em função da capacidade de locomoção, por hemiplegia ou tetraplegia, podem ser utilizados os quesitos abaixo.

Foi proposta no trabalho uma hierarquização nas dificuldades de acesso através de notas variando de 1 a 3, sendo 1 a pior pontuação e 3 a melhor pontuação, ou seja, quanto melhor os níveis de acessibilidade maior a pontuação.

Para a obtenção do indicador final dividiu-se o meio ambiente em três áreas:

- Acessos ao prédio/residência
- Ambientes internos
- Ambientes externos

Os **questos principais** considerados para cada um desses ambientes, são:

Acesso ao prédio / residência

a) Acesso ao prédio

escada : ❶

rampa : ❷

escada e rampa : ❸

Considerou-se que o pior caso é a do prédio possuir unicamente uma escada de acesso. Assim, o cadeirante teria que ser auxiliado, para galgar o obstáculo. Para os prédios que apresentam as alternativas de rampa e escada adotou-se a maior pontuação. Deve ser lembrado que não basta apenas existir uma rampa de acesso. Essa deve estar projetada de acordo com a norma ABNT NBR 9050, conforme indicado no item a seguir: 6.5.1.2 As rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos na tabela 5. Para inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso.

Em entrevistas com cadeirantes, com depoimentos obtidos com mais de 50 pessoas, percebeu-se que os homens conseguem subir com suas cadeiras rampas com essas inclinações. Já as mulheres, apresentam certa dificuldade, principalmente em função de massa muscular nos braços e antebraços. Desta maneira a recomendação é que a rampa possua uma inclinação de até 5.0%. Nos prédios mais antigos, que ainda não tinham esse tipo de acesso previsto em seu projeto, encontram-se rampas de 10,0% a 15,0%, fazendo com que o cadeirante termine por prescindir sempre de alguém que o auxilie nessa escalada.

b) Acesso à residência

escada : ❶

elevador : ❸

Ambientes internos

a) Cozinhas

Altura da pia	Nota
> 80	❶
≥ 70 e ≤ 80	❷
> 50 e < 70	❸

Nota: Havendo barra junto à pia acrescentar à pontuação acima: ❷

b) Área de serviço

Altura do tanque	Nota
> 80	❶
≥ 70 e ≤ 80	❷
> 50 e < 70	❸

Nota: Havendo barra junto ao tanque acrescentar à pontuação acima: ❷

c) Sala

c.1. Acesso

Largura das Portas	Nota
> 110	❸

≥ 100 e ≤ 110	2
> 90 e < 100	1

Nota: Se a porta for provida de barra anti pânico acrescentar à pontuação acima: **2**

d) Quarto

d.1. Acesso

Largura das Portas	Nota
> 110	3
≥ 100 e ≤ 110	2
> 90 e < 100	1

Nota: Se a porta for provida de barra anti pânico deve-se acrescentar mais dois pontos

d.2. Dimensões internas

Circulação entre cama, armário e paredes	Nota
> 110	3
≥ 100 e ≤ 110	2
> 90 e < 100	1

e) Banheiro

e.1) Box

Dimensões do box	Nota
$\geq 150 \times 150$	3
$\geq 120 \times 120$	2
$\geq 90 \times 90$	1

Nota: Se o Box possuir corrimão deve-se acrescentar mais dois pontos

e.2) Vaso sanitário

Altura do Vaso Sanit.	Nota
De 40 a 50	2
De 50 a 60	1

Nota: Se houver barra ao redor do vaso sanitário devem-se acrescentar mais dois pontos

f) Circulações

Largura do Corredor	Nota
> 130	3
$\geq 1010 \text{ e } \leq 130$	2
$> 80 \text{ e } < 100$	1

Nota: Se o corredor tiver corrimão deve-se acrescentar:

- 1** se houver corrimão em apenas um lado
- 2** se houver corrimãos em ambos os lados

Largura das Portas	Nota
> 120	3
≥ 100 e ≤ 120	2
> 90 e < 100	1

Nota: Se a porta for provida de barra anti pânico deve-se acrescentar à pontuação acima mais dois pontos

Ambiente externo

Na opinião dos cadeirantes entrevistados, o ambiente externo é o que apresenta maiores surpresas: Tem-se o desnível do piso provocado por raízes de árvores, pisos com características distintas, paralelepípedo, pedras portuguesas cimentado, e outros, inclusive de cerâmica, que em dias chuvosos faz com que as rodas das cadeiras de rodas derrapem, as obstruções por sacos de lixo, sinalizações, postes de telefone fixos posicionados no meio da calçada, já estreita, e outras mais. Como dito por um cadeirante: (...) os projetistas e os governantes deveriam se transportar em uma cadeira de rodas por uma semana apenas antes de executar seus projetos. Deveriam sentir as dificuldades antes de falar sobre elas. (...)

a) Calçada a toda a volta da edificação

Largura da calçada	Nota
> 120	3
≥ 100 e ≤ 120	2
> 80 e < 100	1

Além das dimensões das calçadas ao redor das edificações deve-se considerar que essas sejam as dimensões livres, já que muitas vezes têm-se calçadas efetivamente largas repletas de vasos, floreiras, canteiros, obstruindo as passagens. Além disso, ocorre que sob certas circunstâncias as calçadas não são planas. Assim, entre uma edificação e outra há ressaltos que impedem a livre passagem dos cadeirantes. Muitos não levam em consideração isso, mas há casos de nos canteiros plantar-se vegetações com folhas que representam riscos aos passantes, seja por serem espinhosas, venenosas ou ponteagudas.

Em uma visão geral percebe-se que muito do que é determinado nos códigos de postura dos municípios não é cumprido, deixando-se livre apenas 1/3 das calçadas, tomado o espaço restante que é por bancas de jornais, estacionamento de veículos nos recuos, postes no meio do caminho e outros mais, que, para aqueles que têm livre mobilidade já representam perigo.

b) Característica do piso externo

Piso	Nota
Calçamento Liso	③
Paralelepípedo	②
Terra batida	①
Gramma	- ①
Piso irregular	- ②

Conclusão

Vários são os aspectos que devem ser considerados na vida de um deficiente físico, ou melhor, de pessoas que apresentem algum tipo de restrição motora, auditiva, visual,

sensorial, neurológica, ou outra. São pessoas estigmatizadas pela vida ou pelas circunstâncias e que, têm como nós, todos os direitos, igualmente, inclusive o de se locomoverem.

Restringir-lhes a locomoção é restringir-lhes a ACESSIBILIDADE. Por serem em menor número do que as pessoas ditas "normais" quase sempre as regras não são aplicadas se não houver pressão.

Constroem-se prédios com varandas cada vez mais imponentes e quartos onde as portas dos armários terminam por encostar-se às camas ou mesas de cabeceira. Cozinhas onde quando a porta da geladeira é aberta o acesso à área de serviço é dificultado. A lógica é que se privilegiam as áreas mais nobres ou as ditas sociais, em detrimento das demais. Como os quartos são utilizados somente para dormir o espaço é redistribuído para a sala ou varanda. É a lógica do mercado imobiliário, que define o produto que quer comprar. Poucos são os projetos voltados às pessoas com algum tipo de restrição. Os hotéis, como nas demais edificações também apresentam esse tipo de restrição, talvez em menor proporção, já que o objetivo primeiro é o de oferecer adequadas condições de conforto aos seus hóspedes. Mas, ainda se encontram banheiros com banheiras ao invés de box, banheiros com pisos escorregadios, quartos com carpetes espessos, que dificultam o trânsito das cadeiras de rodas. Um dos cadeirantes entrevistados chegou a dizer: (...) para nós, mulheres que somos obrigadas a usar cadeiras de rodas, qualquer obstáculo é um esforço a mais. As cadeiras de rodas são projetadas com rodas pequenas à frente. Algumas vezes, até um palito de fósforo no chão dificulta a locomoção. Os tapetes, quanto mais felpudos mais atrapalham a nossa locomoção. (...)

Navarro (1991) mencionava: O risco para um grande hotel é toda uma situação capazes de provocar acidentes, perdas materiais, humanas ou de imagem, afetando não só os hóspedes como toda uma coletividade que coabita em seu interior e redondezas. Algumas atividades existentes em hotéis, gerenciadas pelos próprios ou sob sua supervisão ou arrendados a terceiros são:

O hóspede, itinerante por todas essas áreas, está constantemente sujeito a riscos de toda espécie, causados não somente pelo próprio ambiente como também devido à sua falta de cuidado ou atenção. Alguns acidentes comuns são:

Na conclusão do artigo é dito: Em todo projeto de um novo hotel e mesmo durante revisões de projetos para ampliações, nunca é demais preocupar-se com os riscos e suas conseqüências. Muitas vezes uma situação absurda é a que termina ocorrendo. (...)

A legislação brasileira que rege a questão da acessibilidade no Brasil apresenta conceitos sobre os critérios de avaliação de sustentabilidade apresentados em panorama mundial, como no caso do método CASBEE.

Sendo assim, a acessibilidade encontra-se inserida indiretamente como critério de pontuação de edificações sustentáveis no método CASBEE, conforme apresentado no item 2.2 deste documento. De acordo com Vasconcellos e Motta (2008), o método CASBEE apresenta-se como uma ferramenta interessante para a avaliação de edificações sustentáveis quanto ao critério de acessibilidade e Desenho Universal.

Diante da importância do tema aqui abordado, foi elaborada uma relação de quesitos de acessibilidade a serem considerados em uma avaliação de um prédio / residência de modo a contribuir para a sustentabilidade. Em seguida, esses quesitos foram pontuados levando em consideração a norma ABNT NBR 9050.

Torna-se importante recordar que a questão de acessibilidade deve ser ampliada para a análise do mobiliário e dos acessórios das construções, pois são tão importantes quanto a avaliação física da construção. A mesma dificuldade que o cadeirante tem ao entrar em um banheiro de pequenas dimensões terá também ao passar ferro elétrico em uma tábua de passar não apropriada, assim como de ter que guardar a louça lavada nos armários, ou trazer as compras do supermercado e as guardas nos armários. Essa visão de acessibilidade deve levar em consideração que esse ser humano tem que ter qualidade de vida e agir como todos os demais seres têm capacidade de fazê-lo.

A melhor situação para aquelas pessoas com deficiência de locomoção é a residência do tipo loft, onde não há compartimentações entre os cômodos, apenas no banheiro, permitindo o fácil deslocar. Porém, esse tipo de construção ainda é elitizada, razão pela qual a opção pela avaliação dos cômodos, de per-sí ainda é a melhor.

A acessibilidade deve ser vista sob todos os ângulos quando são elaborados os projetos. Na área de hotelaria, será que os hóspedes são identificados em função da restrição que apresentam? Será que durante uma evacuação do edifício decorrente de um princípio de incêndio os hóspedes que têm restrições são os primeiros a ser assistidos e sair do prédio? Para onde irão aqueles que têm restrição em caso de incêndio ou outro sinistro? Essa é uma pergunta que todos devem se fazer. Não adianta apenas dotar os espaços de meios que possibilitem a locomoção. Deve-se pensar também na questão de deslocar-se esses seres humanos em momentos críticos. Um cadeirante pode freqüentar uma sauna de hotel? Um cadeirante pode freqüentar uma piscina de hotel? Se for assistido, talvez. Caso não, será bem difícil.

Concluiu-se que, uma vez que as edificações brasileiras estejam atendendo as determinações estabelecidas pela legislação e normas brasileiras no que concerne à acessibilidade, estas estarão em boas condições para obterem pontuação como edificações sustentáveis pelo método CASBEE, com relação ao quesito de acessibilidade.

O tema acessibilidade ainda é vista como uma questão relacionada a acessos, ou seja, locomoção, ir e vir. Ocorre que como a questão é bem ampla, podendo contemplar outros aspectos como o da permanência da pessoa portadora de algum tipo de deficiência ou de necessidades especiais. Assim, a lista de itens a serem avaliados passa a ser bem maior, como por exemplo:

- * Os elevadores possuem indicações adequadas nos botões de comando e esses se encontram a altura que possibilite o controle por qualquer pessoa? (antigamente os botões de comando situavam-se a maior altura para evitar que as crianças pudessem toca-los);

- * Os interruptores e tomadas estão posicionados de maneira que sejam facilmente acessados?
- * Os quadros elétricos, registros e outros dispositivos de controle e comando do ambiente estão posicionados em local de fácil acesso? (há registros posicionados acima das pias, painéis elétricos atrás de portas, etc.)

A lista de necessidades é bem grande, já que é grande também a quantidade de sintomatologias e problemas físicos, mentais e outros, que terminam por restringir as pessoas. Desta maneira, a visão deve ser estendida, principalmente em ambientes públicos, dentre os quais os hotéis e restaurantes. Especificamente quanto a esses, ainda se privilegiam a quantidade de mesas nos ambientes, ao invés de alternativas que levem em consideração as condições de conforto/ergonomia e de trânsito entre essas, que terminam por reduzir a oferta de mesas. Há que se considerar que deve existir um meio termo, que, infelizmente, provoca segregação ou constrangimento, quando se disponibilizam espaços especiais. Talvez esse seja o ônus da questão.

Os quesitos de certificação, qualquer que seja a técnica adotada, deve servir apenas como um parâmetro que irá balizar um projeto, da mesma forma que o atendimento a uma legislação. Quando se menciona acessibilidade está se referindo a um conjunto de conceitos onde se sela em consideração a possibilidade da pessoa portadora de necessidades especiais locomover-se com segurança. As normas não devem apenas servir para serem cumpridas, e sim, para serem suplantadas.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**. Acessibilidade de Pessoas Portadores de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos.

Comprehensive Assessment System for Building Environmental Efficiency CASBEE for New Construction - Technical Manual 2004 Edition.

LIMA, João Ademar de Andrade, LUCAS, Eduardo Araújo, NETO, Francisco Fernandes da Cunha, DUDA, Glauco Feitosa. Análise de Acessibilidade a Prédios Públicos de Campina Grande com Base na ABNT Nbr 9050. EnPAC – Encontro de Produção Acadêmico-Científica, 8 e 9 de novembro de 2007- Facisa – FCM.

NAVARRO, Antonio Fernando, Prevenção de Riscos em Grandes Hotéis, Hotelnews Revista mensal técnica de hotelaria e similares, no 241, novembro, 1991.

VASCONCELLOS, Beatriz Cunha, MOTTA, Ana Lúcia Torres Seroa da. Indicadores de Sustentabilidade em Edificações. IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Niterói RJ. Em 31 de julho, 01 e 02 de agosto de 2008.